



UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA DA AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Ana Carolina Nascimento de Oliveira
Universidade Federal Fluminense
carola.noliveira@gmail.com

Erika Vanessa Moreira Santos
Universidade Federal Fluminense
evmgeo@yahoo.com.br

1 – INTRODUÇÃO

A prática da agricultura urbana pode ser compreendida como o desenvolvimento de atividades agrícolas em áreas que estejam dentro do perímetro urbano, por conseguinte, a mesma pode ser realizada, além do plantio direto no solo, em canteiros suspensos ou em vasos, geralmente em pequena escala, o que a difere do modo de produção agrícola tradicional. Este trabalho tem como objetivo principal analisar a agricultura urbana no município de Campos dos Goytacazes-RJ, especialmente sobre a efetivação do programa Eco Hortas Comunitárias.

A pesquisa está sendo realizada com o intuito de fomentar maiores discussões teóricas-metodológicas sobre a temática da agricultura urbana, levantando questões que correlacionam problemáticas sociais protagonizadas pelos agricultores. Mesmo o programa sendo criado há mais de duas décadas, ainda há grande escassez de dados para obtenção de informação a respeito da agricultura urbana no município. Sendo assim, trazer essa discussão para a universidade proporciona o interesse de outros pesquisadores que poderão contribuir com questões no âmbito das políticas públicas.

Para a consecução da pesquisa buscamos, por meio dos agentes sociais envolvidos, articular o conhecimento teórico, pautado em autores que debatem criticamente o tema e a execução do trabalho de campo que são intrínsecos, como ferramentas para o entendimento e caracterização do objeto de estudo.

Para a consecução do trabalho, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) O levantamento teórico/bibliográfico sobre agricultura urbana;



agroecologia, políticas públicas, planejamento urbano; levantamento de dados secundários junto ao IBGE/ CENSO DEMOGRAFICO, CIDAC, Prefeitura de Campos dos Goytacazes e secretaria municipal de agricultura; b) trabalho de campo: com a aplicação em 15% do total das hortas cadastradas no programa Eco Hotas Comunitárias e entrevista com o sub-secretário da SMA.

A atividade da agricultura urbana tem como principal finalidade a autossuficiência de alimentos e a comercialização de seus produtos, chamado de circuito curto de produção. Esta prática tem se otimizado desde a década de 1980, sendo potencializada em função da escassez de alimentos e com a reivindicação para uma alimentação saudável e um ambiente menos contaminado. Para Rosa (2011), a Agricultura Urbana deve ser trabalhada pelo poder público, com a adoção de políticas públicas, seja do ponto de vista ambiental seja pela via do planejamento urbano. Há diferentes marcos institucionais que podem ser adotados pelo poder público para potencializar a atividade nas cidades, quais sejam: incentivos fiscais, subsídios diretos e indiretos, entre outros.

Portanto, a aplicação desta pode interferir em questões sociais, econômicos e também ecológicos, além de oportunizar a ocupação de espaços que não estejam sendo utilizados dentro do perímetro urbano, promovendo assim a expansão de áreas verdes e a formação alternativa de novos empregos. Sem embargo, a agricultura urbana não pode ser considerada apenas como uma solução às problemáticas causadas pelo crescimento das cidades, mas sim como uma política pública efetiva que pode alterar a dinâmica urbana.

Sendo assim, antes de caracterizar o programa Eco Hortas Comunitárias, que é a temática posta em análise, é importante compreendermos o que é agricultura urbana e sua dimensão, especialmente de que forma está estruturada no município de Campos dos Goytacazes-RJ.

Buscamos com a pesquisa, trabalhar a atividade laboral entendendo seus antecedentes, ou seja, os fatores que levaram à implementação dessa política em um cenário marcado pela atuação da elite imobiliária/agrária. Outrossim, caracterizamos a estrutura e a organização no espaço urbano, à luz de uma discussão sobre política



pública participativa e inclusiva. Com isso procuramos entendê-la a partir das dimensões: econômica, sociais e políticas, sobretudo em relação à questão do uso do solo e os incentivos fiscais e materiais ofertados pelo poder público local.

2 – O CRESCIMENTO DAS CIDADES E A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA URBANA

O crescimento das cidades ocorreu de forma acelerada com a ausência de planejamento urbano que atendesse a realidade. Um conjunto de problemas como o agravamento da miséria e pobreza, a insegurança alimentar e o desemprego podem ser listados como consequências de políticas públicas extremamente excludentes. O planejamento urbano no Brasil, nos anos 1945/1975 foi ideológico e distante de sua implementação, frente a superação do atraso e da pobreza (MARICATO, 1997).

Neste cenário, onde as cidades não foram pensadas para receber esse montante de pessoas, esta passa a ser palco de disfunções em seu cenário econômico, social e político, uma vez que o Estado não suporta o contingente de habitantes que moram nos centros urbanos, o avanço irregular das habitações no solo urbano, a pobreza e o desemprego são fatores que irão repercutir na urbanização até que de fato haja um planejamento com políticas públicas específicas que contemplem as necessidades atuais.

Com isso, a agricultura urbana deve ser pensada como um elemento fundamental para os espaços urbanos, seja em prol da segurança alimentar, da geração de novas fontes de alimentos, criação de empregos e também na expansão de áreas verdes.

De acordo com o conceito aplicado pela FAO (Organização das Nações Unidas da Agricultura e Alimentação), no documento chamado *Cidades mais Verdes* em 2012, a agricultura urbana, abarca a produção de alimentos dentro do perímetro urbano, o que engloba quintas, telhados, na comunidade vegetal e jardins de frutas, sendo em espaços abertos ou em estufas, geralmente podem ocorrer em pequena escala (FAO, 1996).



A agricultura urbana se refere não só aos cultivos de alimentos e árvores frutíferas que crescem nas cidades, também engloba a criação de animais, aves, abelhas, coelhos, cobras, cobaias e outros animais nativos. Sua produção também inclui peixes, pois este também faz parte do sistema alimentar de muitas famílias tropicais (DRESCHER; IAQUINTA, 1999).

Para Abreu (2013), é sempre difícil caracterizar e apresentar tipologias de agricultura urbana, levando em consideração a dimensão da atividade, mesmo assim é possível dizer que esta é praticada por pessoas em suas residências, quintais, lajes, terraços, telhados, terrenos baldios, ruas e áreas públicas ociosas, podendo também ser praticada de forma coletiva, em escolas, creches, asilos, centros de saúde e associações públicas ou privadas, também há a agricultura urbana comunitária, que pode acontecer de forma institucionalizada, com o apoio de ONGs e do poder público.

No Brasil, durante os anos 1990, cada metrópole brasileira agregava uma grande área extensa de moradores de favelas, consequência do crescimento voraz que se iniciou nos anos 1970 em direção as grandes cidades, onde as áreas excluídas encontram-se além das casas autoconstruídas, um transporte precário, sistema de energia elétrica deficitária e falta de água encanada e sistema de esgoto (MARICATO, 1997). O crescimento rápido dos centros urbanos ocasionou problemáticas econômicas e sociais, frente a um planejamento urbano excludente que não atende as dificuldades enfrentadas pela maioria da população oferecendo assim o acesso precário aos equipamentos de uso coletivo, outra problemática existente é a da segregação ambiental, que também atenta a perda de áreas verdes em solo urbano.

Com isso, a efetivação da agricultura urbana no planejamento urbano das cidades por via de políticas públicas específicas que possam atender as necessidades da demanda urbana é substancial. Entretanto a agricultura urbana enfrenta desafios para sua consecução enquanto política social com rebatimento às políticas urbanas, não é uma prática nova, todavia é um campo de pesquisa novo e com isso, deve ser compreendida como parte dos processos e lutas que constituem a realidade urbana atual (COSTA; COUTINHO, 2011).

Para Mougeot (2000), muitas definições usuais sobre a temática “agricultura urbana” desconsideram o que a faz ser realmente urbana; esta se difere da



agricultura rural (mesmo que seja complementar a ela), justamente pelo fato de estar inserida na cidade, que interage com diversas facetas do desenvolvimento, no sistema econômico e ecológico e que também fortalece estratégias de gerenciamento urbano.

Segundo o referido autor, a questão substancial da agricultura urbana passa pelo questionamento sobre o que há de próprio na agricultura urbana, para que de fato seja considerada objeto de investigação e de políticas específicas. É preciso um conceito que todos compreendam e compartilhem, de modo que as intervenções políticas e de assistência tecnológica consigam identificar suas especificidades e assim ser possível avaliar as situações e intervir com os veículos apropriados na logística urbana.

3- O PROGRAMA ECO HORTAS COMUNITÁRIAS

A Lei Municipal n. 5.101/1990 criou o programa denominado “Hortas Comunitárias”, que trata da limpeza, manutenção e plantio de hortas populares em terreno cedidos pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, cuja produção é destinada à população, por meio das instituições e da rede municipal de ensino (SMA, 2016). O objetivo do programa é otimizar os terrenos desocupados com a implementação das hortas urbanas, possibilitando assim, inserir os cidadãos que não tenham empregos e contribuindo para a dinâmica economia da cidade. No município, grande parte das hortas urbanas está localizada no distrito-sede.

Os proprietários dos terrenos recebem o incentivo de isenção de impostos (IPTU); onde os agricultores do programa Eco Hortas têm sua produção totalmente subsidiada pela prefeitura, com a isenção do aluguel do terreno, da taxa de luz e água, além das sementes e dos equipamentos para trabalho e assistência técnica.

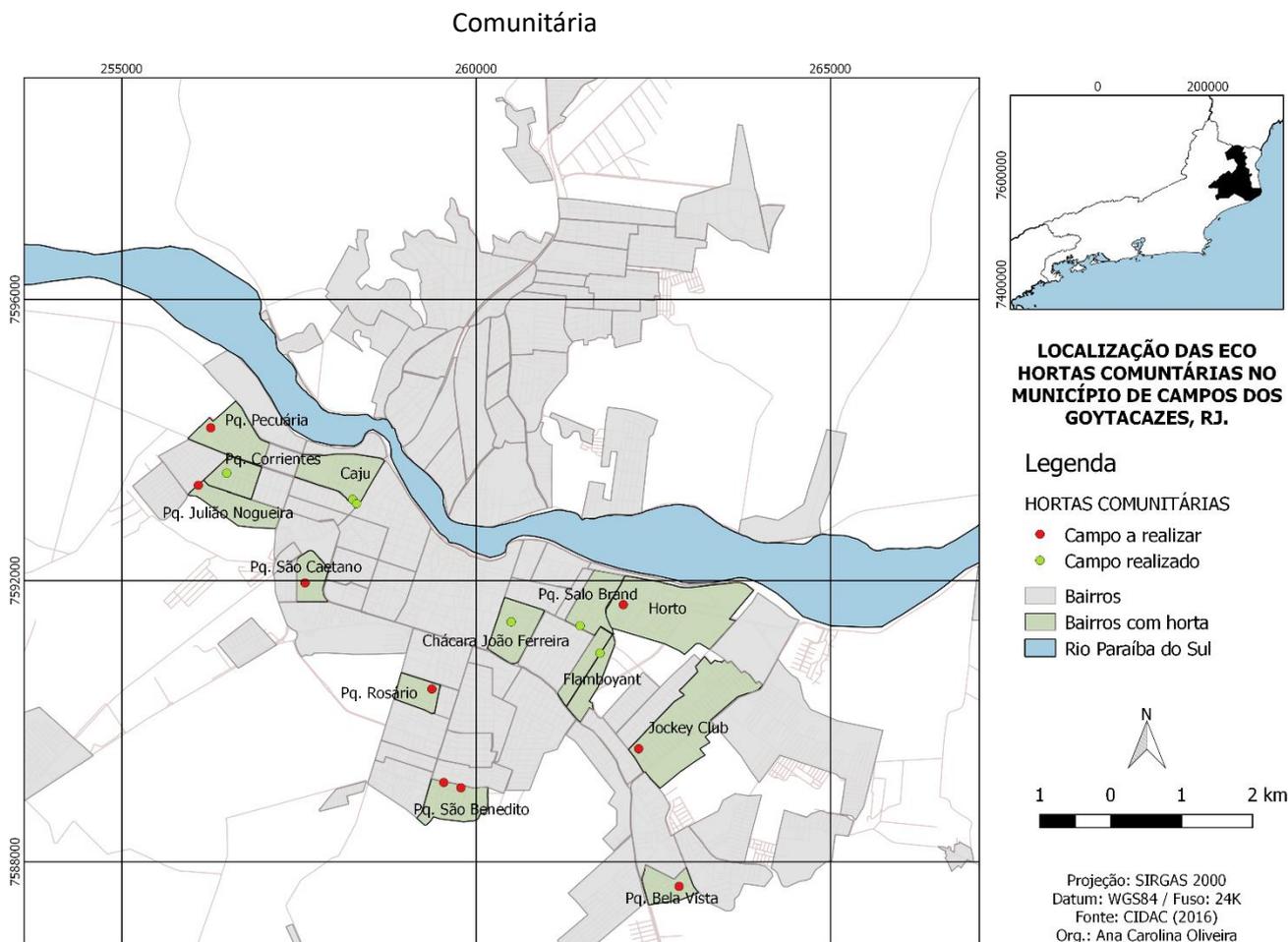
Segundo a SMA, os terrenos não edificados e não utilizados na cidade e que estejam ociosos dentro de escolas públicas podem ser transformados em hortas comunitárias cuidadas por moradores, garantindo legumes e verduras mais saudáveis e possibilitando novos postos de trabalho dentro da cidade (SMA, 2014).



No ano de 2014, o programa Eco Hortas Comunitárias teve 57 de suas hortas reestruturadas e constava com cerca de 150 hortas cadastradas, onde eventos promovidos pela SMA chamados de “Clínicas” recebem os agricultores com palestras e oficinas que abordam temas como: as práticas agroecológicas e a construção de Horta Mandala. Segundo as informações obtidas pela SMA há parcerias, realizadas por estagiários da Universidade Federal Fluminense (UENF) e técnicos da PESAGRO, que condicionam os agricultores as novas regras do programa, onde a ocupação das culturas deve ser de 60 cm de altura máxima dos terrenos, proibindo culturas acima desta altura.

É importante enfatizar que os terrenos onde são implementadas as hortas cadastradas pelo programa, são terrenos privados e não de propriedade da prefeitura, onde é possível fazermos o seguinte questionamento: quem são os proprietários desses terrenos? Infelizmente, o acesso aos dados para resposta desta indagação não fora liberado pela SMA, entretanto com a análise das localizações das hortas, podemos perceber que a grande maioria das hortas está localizada no distrito sede do município, cujo valor do metro² é superior as demais localidades, justamente pela especulação imobiliária.

Mapa 01: Mapa de Localização das Eco Hortas



Através do mapa de localização (mapa 01), onde foram pontuados os bairros das 15 hortas escolhidas para serem estudadas, percebemos que grande parte está localizada em torno do distrito sede. Todavia, o desenvolvimento e a presença de áreas voltadas para a implementação da agricultura urbana são importantes para a dinâmica urbana, tendo em vista que a mesma se constitui como uma possível solução para amenizar problemas socioeconômicos da população menos favorecida, bem como proporcionar o acesso a alimentos necessários ao desenvolvimento humano e o equilíbrio do ecossistema urbano.

A SMA caracteriza o programa Eco Hortas Comunitárias em seis fatores elementares, são estes:

- O aproveitamento de terras antes improdutivas;



- O fomento da produção de alimentos básicos e necessários;
- Evita-se a proliferação de insetos, moscas, mosquitos, ratos etc;
- Impossibilita-se o despejo desordenado de lixo na área urbana da cidade;
- Inclusão de renda;
- Segurança alimentar e agroecológica.

No que tange ao aproveitamento de terras antes “ociosas”, podemos constatar que estas não se referem meramente aos espaços que estavam sem uso/função e sim que estão sendo utilizados em prol da especulação imobiliária, como já verificado grande parte das hortas localizam-se no distrito sede do município.

Em relação a produção final das hortas cadastradas no programa, na descrição do programa segundo informações obtida pelo sub-secretário da SMA Sr. O.C., a parte excedente da produção, referente a 20% é destinada para o agricultor da horta e a outra parte, que somaria os 80%, sendo as colheitas realizadas semanalmente, são destinadas as instituições beneficentes, como asilos, creches e escolas. A prefeitura também repassa ao agricultor uma ajuda de custo, na forma de “cesta básica,” referente ao valor de R\$ 350,00 em gêneros alimentícios.

No entanto, o repasse dos 80% da produção não segue à risca, há hortas onde esse montante, ou parte dele, nunca foi recolhido, o que mostra um déficit na gestão do programa, porém que acaba por ser benéfico aos agricultores cadastrados, pois uma vez retirado 80% da produção, os agricultores não teriam condições de permanecer nas hortas, o que remeteria até mesmo a um trabalho explorado, já que estes não têm direitos trabalhista como um empregado regido pela CLT. A ajuda de R\$ 350,00 em forma de gêneros alimentícios, também não é distribuída periodicamente.

Com relação aos que optam por trabalhar com a agricultura urbana, o motivo pelo qual estes decidem se inserir em tal prática pode estar relacionada desde sua necessidade de reprodução socioeconômica, até mesmo por aspectos culturais e ambientais. O programa Eco Hortas Comunitárias não reconhece os indivíduos que estão relacionados diretamente à atividade como agricultores.



Segundo dicionário Aurélio (2010), o significado de agricultor se refere: aquele que agricultura; lavrador suas publicações, o que nos leva a entender de forma básica que aquele que lavra a terra, é o agricultor, entretanto a denominação utilizada para tratar esses indivíduos é o de “cuidador”, o que leva ao não reconhecimento desse grupo de indivíduos, como sendo os principais protagonistas desta atividade e de sua reprodução socioeconômica.

A denominação de cuidador nos remeteu a imagem de que o indivíduo estaria trabalhando com o intuito de dar suporte a horta e não como o principal sujeito ativo no desencadear de cada processo da horta. Os agricultores entrevistados relataram que os equipamentos de trabalho como enxadas, regadores, tesouras etc. nunca chegaram as hortas ou os que são oferecidos, são de péssima qualidade e não duram sequer dois meses, obrigando a comprarem novos equipamentos com recursos próprios. Os agricultores enfatizaram que efetuaram a compra de telas, mangueiras e regadores e que não foram ressarcidos. Há também a questão das sementes, que não são distribuídas regularmente pelo programa e quando são, apresentam má qualidade, o que os levam a arcar com o gasto na compra de sementes e com o adubo orgânico. A instalação da energia elétrica nos terrenos é outra grande problemática, dado que a ausência deste recurso em alguns terrenos acarreta na insegurança dos agricultores em permanecer nas hortas à noite, além de dificultar a instalação da bomba na caixa d’água para o sistema de irrigação.

Atualmente, no programa Eco Hortas existem 127 terrenos cadastrados, desse montante, 57 encontram-se produzindo (23 em comercialização da produção e 34 com as culturas já plantadas); 27 estão em processo de implementação e 43 hortas estão inativas (SMA,2016).

O aumento e a potencialização dos terrenos voltados para a agricultura urbana são importantes para o planejamento urbano, uma vez que está se constitui em uma dinâmica onde é possível através de sua prática, amenizar questões agravantes ocasionadas pelo crescimento das cidades e que afeta, em sua maioria, a população de baixa renda, além de favorecer o acesso a alimentos de qualidade e que



proporciona uma agricultura que busca utilizar o mínimo possível de insumos químicos, se adotados preceitos agroecológicos.

É importante dar visibilidade as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, que muitas vezes não tem voz frente a gestão do programa, para que futuramente, estes possam ser reconhecidos profissionalmente como agricultor.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, em fase de desenvolvimento, permitiu compreender a agricultura urbana, em especial no município de Campos dos Goytacazes – RJ, com enfoque na execução do programa Eco Hortas Comunitárias.

Com a análise dos dados secundários e por intermédio do trabalho de campo, constatamos que o programa, mesmo tendo sido criado por lei municipal a mais de duas décadas, apresenta grandes problemas em sua organização, o que a torna uma política pública que necessita ser repensada na sua forma de aplicação, desde assistência técnica, até a distribuição de sementes e equipamentos

A preocupação com os agricultores e sua reprodução socioeconômica é outra constatação, uma vez que, grande parte dos agricultores cadastrados é composta de aposentados e outros só tem a atividade como fonte de renda, a valorização dessa profissão ainda deixa a desejar, pois como o programa possui sua divulgação deficitária muitos campistas o desconhece.

5 - REFERÊNCIAS

ABREU, Marcos José de. **COEP Rede Nacional de Mobilização Social**. 2013. Disponível em: http://www.coepbrasil.org.br/portal/Publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C20139911185473&TIPO_ID=1>. Acessado em: 17. Jan. 2017.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; COUTINHO, Maura Neves. **A Agricultura Urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade**. Geografias ARTIGOS CIENTÍFICOS. Belo Horizonte, p. 81-97, jul./dez. 2011.



DRESCHER, A.W; D. IAQUINTA. **Urban and peri-urban Agriculture: A new Challenge for the UM Food and Agriculture Organisation.** FAO – Internal report. Roma, 1999.

FAO - **FOOD AND AGRICULTURE ORGANISATION OF THE UNITED NATIONS.** Disponível em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/es/>>. Acessado em: 1 set. 2016.

HOLANDA, Aurelio Buarque. **Míni Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa - 8ª Ed.** 2010 - Nova Ortografia.

LOVO, Ivana Cristina; SANTANDREO, Alain. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras.** Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, jun. 2007. Disponível em: http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acessado em: 20 nov. 2016.

MARICATO, Erminia. **Brasil 2000: Qual planejamento urbano?.** O planejamento Urbano no Período dos “Trinta Gloriosos”. Cadernos IPP UR, Rio de Janeiro, 1997, p. 113-130. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/cadernos-ippur.pdf>>. Acessado em: 2 fev. 2017.

MOUGEOT, Luc J.A. **Cultivando Cidades, Cultivando Comida.** International Development Research Centre (IDRC), Cities Feeding People Programme, Ottawa, Canadá, 2000. Disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html>>. Acessado em 27 out. 2016.

ROSA, P. P. V. **Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil.** **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número especial, 2011. 17 p. Disponível em: ww.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2384. Acessado em: 14 dez. 2016

SMA - **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.** jun.2016.



SMA - **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**. Disponível em:

[http://www.agricultura.campos.rj.gov.br/programas/eco-hortas-comunitarias>](http://www.agricultura.campos.rj.gov.br/programas/eco-hortas-comunitarias/).

Acessado em 10 out. 2016.